Boletim Gaúcho de Geografia

http://seer.ufrgs.br/bgg

OS AGENTES MODELADORES DO NOVO ESPAÇO CAPITALISTA DA CAMPANHA GAÚCHA

Rogério Haesbaert Da Costa

Boletim Gaúcho de Geografia, 15: 03-18, ago., 1987.

Versão online disponível em:
http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37968/24463

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros

Portal de Periódicos

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br
Políticas: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy
Submissão: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions
Diretrizes: http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines

Data de publicação - ago., 1987
Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

OS AGENTES MODELADORES DO NOVO ESPAÇO CAPITALISTA NA CAMPANHA GAÚCHA

Rogério Haesbaert da Costa *

O presente trabalho, inserido como parte de nossa tese de mestrado[1], e aqui revisto e atualizado, resultou de um levantamento em sua maior parte "in loco", dos principais agentes que vêm desestruturando o tradicional espaço, ainda especialmente hegemônico[2], do latifúndio de pecuária extensiva na área regionalmente conhecida como "Campanha Gaúcha" — e que, para efeito de obtenção de dados estatísticos, restringimos ao espaço da microrregião definida pelo IBGE.

Nossa pesquisa incluiu o levantamento de dados secundários, entrevistas com pecuaristas, rizicultores e pesquisadores da região, visitas a empresas e instituições locais, em Porto Alegre, Bagé e Santana do Livramento, a partir do que chegamos à sistematização dos agentes e ao reconhecimento inicial de dois grandes grupos: aquele em que os agentes desenvolvem basicamente a articulação da Campanha com outros espaços, vinculados ao capital privado (nacional e transnacional) e estatal, e aquele em que os agentes promovem uma rearticulação espacial restrita ao nível intrarregional, geralmente vinculados ao próprio capital local.

Num detalhamento maior, chegamos à seguinte classificação, de acordo com a "fonte" acumuladora de capital:

a. Agentes de articulação espacial basicamente externa:

   a.1. Capital privado nacional:

   — pecuária intensiva (cabanhas e haras)
   — agricultura intensiva ("granjas")

* Professor de Geografia da UFF (Niterói) e PUC (Rio de Janeiro), mestre em Geografia pela UFRJ.

— agro-indústria (empresas e cooperativas)
— indústria de base (cimento)

a.2. Capital privado transnacional:

— agro-indústria (frigoríficos, empresas vitivinícolas)
— financeiro (Citibank)

a.3. Capital estatal — atuação indireta (recursos financeiros, apoio técnico e infra-estrutura relativa a energia, armazenagem, transporte e comunicações).

b. Agentes de rearticulação espacial interna:

b.1. Capital privado:

— pecuária leiteira, semi-intensiva ("chácaras")
— pequena agricultura para consumo local("colônias")

b.2. Capital estatal — atuação indireta (via criação de "colônias" e apoio à pequena produção)

A seguir procuramos analisar o papel de cada um desses agentes em seu processo contraditório de desarticulação do espaço e da economia pastoril tradicionais, cujas raízes encontram-se ainda no mercantilismo colonial do século XVIII, quando a região era incorporada como periferia abastecedora do Sudeste minerador (e depois cafeeiro), fornecendo-lhe tropas para transporte e charque para alimentação.

a. Agentes de articulação espacial basicamente externa

a.1. Capital privado nacional

A capitalização dentro da própria pecuária e sua transformação em atividade intensiva, voltada para a exportação, foi e continua sendo um dos principais fatores a alterar o domínio

exclusivo do pastoreio extensivo na Campanha. Contudo, seu caráter restrito se mantém ainda hoje — a proliferação de "cabanhas", propriedades especializadas na criação de gado de raça, não generalizou as práticas intensivas como era esperado, pois ao lado da "europeização" das raças bovinas (em curso desde o final do século XIX e intensificada mais tarde com a política financeira do período Vargas) não ocorreram melhorias técnicas paralelas[3].

Comprovam esse fato a presença de pastagens cultivadas em apenas 4,9% da região (1980), a baixa taxa de desfrute bovino (em torno de 10% do rebanho nos últimos 25 anos, contra 20% em áreas de criação intensiva) e a utilização de técnicas como a reprodução por inseminação artificial por apenas 8,5% dos criadores (censo agropecuário, 1980). Mesmo o incremento do rebanho ovino, que triplicou da década de 20 à de 60 (declinando a partir de 70), se por um lado implicou na assimilação de novas técnicas, também não alterou significativamente o peso de um fator básico na produção pastoril: o campo nativo.

A cabanha, ainda assim, incorpora sem dúvida uma nova articulação do espaço pastoril à nova ordem capitalista implantada no país por volta dos anos 30. Ela é, *"por excelência, a empresa comercial que exige um enorme capital de exploração — com o objetivo particular de manter um importante rebanho de animais de raça — e uma dada concentração fundiária. Do ponto de vista técnico, ela encarna a ruptura deliberada com a tradição da pecuária gaúcha"* (PEBAYLE, 1974, p.144). Seu caráter seletivo, contudo, é ressaltado pelo autor, dada a capitalização necessária para tal investimento, conforme demonstrado com o caso das cabanhas Batalha, em Bagé (sociedade familiar que possuía na época 11 estabelecimentos e 34 mil ha.), ligada à atividade industrial (lã e carne) e a estância-cabanha Santo Ângelo, em Uruguaiana (com 6 mil ha).

O principal papel dos cabanheiros, além de agentes inovadores através do aprimoramento zootécnico, tem sido o de mudança na mentalidade do pecuarista tradicional, que aos poucos vai reconhecendo sua marginalização econômica e social dentro do novo padrão de acumulação capitalista, e cede, como pode, às inovações —

seja pela assimilação de novas práticas de criação, seja pela aceitação do consórcio com a agricultura (fato ainda raro) ou pelo arrendamento da terra para a rizicultura, visando sua própria capitalização.

Ao lado das cabanhas, especializadas no aprimoramento zootécnico da bovino-ovinocultura, temos um outro agente inovador, representado pelos estabelecimentos de criação intensiva de eqüinos, as coudelarias ou haras. Bagé, tida como o maior centro produtor de cavalos de corrida do país, contava em 1983 com 28 haras, totalizando um plantel de 3 mil cavalos crioulos e mais de 1.500 eqüinos da raça puro sangue inglês.

A penetração do capital dos "colonos", através da empresa rural agrícola ou "granja", especialmente no setor orizícola, tem sido o agente de mais intensa transformação sócio-espacial da Campanha nos últimos anos. Apesar de ter como ponto comum com a pecuária intensiva os estreitos vínculos dentro do atual estágio de desenvolvimento capitalista a nível nacional, ela tem raízes na expansão da empresa rural implantada por descendentes de imigrantes nas várzeas do centro-sul do Estado. Estabeleceu assim a articulação definitiva com a zona colonial rio-grandense e fortalece hoje a vinculação externa da Campanha, com mais um produto voltado basicamente para o abastecimento do centro do país.

A rizicultura começou a penetrar na área "core" regional na década de 1920, embora sua introdução no Estado date de 1907 (em Pelotas, pelo Cel. Pedro Osório). A evolução da produção nos municípios de microrregião em 1920 — 4,5% da produção estadual, em 1950 — 15,3%, e em 1980 — 40,0% do Estado, evidencia a intensa expansão da cultura nas áreas de campo, tornando a Campanha, hoje, a principal produtora de arroz do Rio Grande do Sul.

Além da rizicultura, avançaram também outras monoculturas empresariais capitalistas, em especial a da soja. A área agrícola total da região, que correspondia a 5,7% do total cultivado no Estado em 1950, praticamente dobrou, alcançando 10,63% em 1980 — índice que baixa para 7,8% se não considerarmos os já tradicionais municípios agrícolas de São Borja e Santo Antônio das

Missões. Arroz e soja perfaziam 74,6% da área cultivada, sendo que 64,7% do valor produzido em 1980 provinha da rizicultura, e 18,3% da soja.

Apesar de implantada por descendentes de antigos colonos italianos e alemães, e mantida praticamente divorciada da atividade pastoril, via arrendamento, a agricultura em moldes capitalistas vai sendo gradativamente incorporada pelos próprios pecuaristas. Embora com menor experiência no ramo, muitos criadores se apropriam da infra-estrutura legada pelos colonos (a não renovação de contratos de arrendamento é hoje um dilema para os rizicultores) e evidenciam a vantagem do consórcio pecuária-agricultura — enquanto a criação é bem mais segura, menos vulnerável às freqüentes oscilações climáticas da região, a agricultura fornece muito maior rentabilidade.

Além do capitalista, agricultor e industrial do arroz, que muitas vezes mantém fortes laços com a zona colonial de origem, a cultura arrozeira trouxe consigo contingentes de migrantes, na categoria de assalariados temporários, pois ao contrário da força de trabalho da Campanha, são tradicionais conhecedores das práticas da rizicultura. Muitos deles deixam a família residindo na periferia pobre das cidades ou nos próprios locais de origemm na "Serra", e trabalham na lavoura durante a semana ou nos períodos de plantio e colheita, gerando uma típica migração sazonal.

De um modo geral, podemos dizer que a integração do espaço colonial com a Campanha, via empresa rural capitalista , deu-se pelo avesso: não pela introdução de uma nova espacialidade, de pequenas propriedades, capaz de contra ou mesmo justapor-se ao latifúndio, fornecendo-lhe, além de alimentos, força de trabalho (como na cafeicultura paulista), mas pela penetração da cultura do arroz, em caráter associativo, sem uma mudança definitiva no uso do solo e na estrutura da propriedade (que o sistema de arrendamento não implica).

Ao lado da penetração do capital "colonial" via rizicultura, começa a evidenciar-se um novo agente externo desarti-

culador da velha estrutura regional: o capital do grande cooperativismo do planalto. Trata-se do caso, ainda isolado, da Cotrijuí (Cooperativa Serrana Ltda.), que encampou no final da década de 70 a Cooperativa de Dom Pedrito, ingressando assim pela primeira vez no ramo da produção animal (carne e lã), e instalando ali uma de suas quatro diretorias regionais, ao lado de Rio Grande, região pioneira de Ijuí e Mato Grosso do Sul.

Segundo BENETTI (1982), essa expansão geográfica da cooperativa, que também se deu em direção ao Centro-Oeste e Norte do país, assegurou sua diversificação intra e inter-setorial, sem o que teria ocorrido a estagnação da empresa. Podemos falar então de uma integração agricultura-pecuária, via grande cooperativismo, impondo ao pecuarista a empresa rural capitalista serrana que, ironicamente, faz uso da estagnada economia pastoril para assegurar a sua própria sobrevivência.

Por fim, no setor da indústria de base, encontramos a produção de cimento pelo grupo Votorantim, em Pinheiro Machado (para o IBGE um município de outra microrregião, mas cujas características geo-econômicas, pelo menos em sua área meridional, são típicas da Campanha). São aproveitadas as ricas jazidas de calcáreo da região, o que levou também a Samrig a instalar em Bagé a Cimbagé — Cimento e mineração Bagé, em funcionamento a partir do final de 1986.

a.2. Capital privado transnacional e capital estatal

A penetração do capital monopolista transnacional dos grandes frigoríficos (Armour em Livramento, Anglo em Pelotas), iniciada no período da Primeira Grande Guerra, não teve a esperada repercussão na capitalização e modernização efetivas da pecuária, entrando mesmo em conflito, muitas vezes, com os interesses dos produtores. Seu caráter inovador em termos de transformação do espaço deu-se mais pela introdução, ainda que espacialmente restrita, de culturas alimentícias para industrialização e exportação, decorrente da inatividade dos estabelecimen-

tos nos períodos de entre-safra. Cultivado em total dependência aos interesses da empresa, temos hoje áreas produtoras de ervilha em Rosário do Sul (frigorífico Swift-Armour) e Bagé (frigorífico nacional Bordon).

O capital vinculado à agro-indústria vitivinicultora é que parece realmente se impor, como um agente transnacional a acelerar a incorporação da Campanha no espaço global capitalista. As primeiras empresas vitivinícolas a se instalarem na região foram a Almadén, norte-americana (divisão da National Distillers do Brasil), em Bagé (1972) e a Vinícola Rio-Grandense, de Caxias do Sul, em Pinheiro Machado. A primeira acabou, por motivos econômicos, transferindo em 1977 sua estação experimental de Santa Tecla (Bagé) para Palomas, no município de Santana do Livramento, onde as condições físicas (lençol freático mais baixo e solos arenosos) e o estímulo das autoridades locais eram mais promissores.

Embora ainda restritos aos municípios de Livramento e Pinheiro Machado (neste caso uma empresa nacional), os vinhedos têm amplas perspectivas de se firmarem como importante fonte de capitalização na Campanha, dadas as condições climáticas e edáficas, muito mais favoráveis (clima mais seco e estável, solos arenosos) que na zona colonial italiana, no planalto, tradicional área vitivinicultura do Estado. A grande questão é que, desenvolvida em grandes estabelecimentos diretamente vinculados às vinícolas, a viticultura da Campanha, além de não promover a pequena agricultura, mantendo a estrutura sócio-espacial dominante, poderá competir seriamente com a produção dos minifúndios do planalto, agravando assim a já problemática situação social da zona colonial.

Enquanto os parreirais de Pinheiro Machado enviam a uva em caminhões especiais até a vinícola em Caxias do Sul, a quase 500 quilômetros de distância, a Almadén, que já investiu cerca de 34 milhões de dólares desde sua implantação no Brasil, integra vinhedo (de 1240 ha, o maior da América Latina) e indústria, sendo que o tempo gasto até que a uva seja prensada não

ultrapassa assim dez minutos.

O elevado índice de capitalização da empresa transnacional e seus vínculos dentro do capitalismo monopolista são atestados por vários indicadores, a começar pela própria escolha de sua localização, resultante de pesquisa realizada a nível mundial, através da utilização de imagens de satélite. Ao rigoroso controle de qualidade, com matrizes vindas da Califórnia e orientação técnica dada por técnicos norte-americanos, acrescenta-se o contato diário, via telex, com a matriz em Nova York.

Já o processo de industrialização — desde a retirada do cacho até a rotulagem, é quase completamente mecanizado, o que significa (em 1984) a utilização de apenas 70 trabalhadores (e pouco mais de 200 no setor agrícola). O processo de envelhecimento do vinho, que na Serra comumente leva cerca de 8 anos , o sofisticado sistema técnico da Almadén reduz para apenas 2 anos, o que reforça ainda mais a competitividade desigual com a produção do planalto.

Altamente mecanizada, sem utilizar muita mão-de-obra e alicerçada em grandes propriedades, a vitivinicultura certamente irá acirrar ainda mais as contradições sócio-espaciais da Campanha. Embora outras empresas já tenham demonstrado interesse e inclusive comprado terras vizinhas às da Almadén (grupo Toyokichi Hombo, japonês, e Carrau, de Caxias do Sul), tratam-se de investimentos que, por suas características monopolistas, irão apenas dinamizar um novo setor econômico, sem alterar significativamente as bases da organização social da área, certamente fortalecendo as desigualdades e criando novas frações que acabarão por minar o último reduto do poder latifundiário: os governos municipais (como já o vem fazendo os rizicultores).

Um último indicador do atrelamento da Campanha ao espaço monopolista transnacional é atestado na participação de capital do Citibank a fim de impedir a insolvência do maior lanifício gaúcho, o Thomaz Albornoz, de Santana do Livramento. Infelizmente não conseguimos obter maiores dados sobre a transação, o que nos impede de avaliar o grau desta intervenção do capital

financeiro internacional na economia local.

Com relação ao capital estatal, este atua indiretamente na desestruturação do espaço latifundiário tradicional, através da criação de infra-estrutura, apoio técnico e financeiro. Estes, contudo, também materializam espacialmente uma nova ordenação, através da rede de transportes, usinas termelétricas, estações experimentais de agricultura ou silos e armazéns do Estado, e conformam uma articulação muito mais densa de fluxos monetários e de comunicações.

Conforme analisado em outro trabalho[6], um dos mecanismos fundamentais utilizados pelo Estado e que promoveu a dissolução da antiga estrutura regional da Campanha foi a rede de transportes — primeiro com a articulação da malha ferroviária, no início do século (viabilizando a entrada de frigoríficos estrangeiros) e hoje com a rede de rodovias pavimentadas, consolidada na década de 70, e que intensificou a entrada da empresa rural capitalista.

Além da infra-estrutura no setor de transportes e comunicações, o Estado é responsável pelo setor energético, onde se destaca a usina termelétrica de Candiota, em Bagé, responsável por cerca de 9% da energia consumida no Estado e abastecida por carvão de grandes jazidas locais (das maiores do país) exploradas pela também estatal Companhia Rio-Grandense de Mineração.

O apoio do Estado à empresa rural, através da criação de infra-estrutura para armazenagem e comercialização, garantias para a compra do produto e financiamento à agricultura (muitas vezes em detrimento do incentivo à pecuária), também colaborou eficazmente para a incorporação da Campanha na nova divisão territorial do trabalho.

b. Agentes de rearticulação espacial interna

Consideramos "agentes internos" na rearticulação espa

cial da Campanha aqueles vinculados ao capital privado, acumulado no processo de circularidade interna da região, constituídos basicamente pelos agropecuaristas de médias propriedades ligados à agricultura alimentar e pecuária leiteira e os colonos minifundiários que também promovem uma produção voltada para o mercado local. Eles estariam em parte subordinados ao capital estatal, também aqui um agente indireto, pois dele receberiam terras (caso da Colônia Nova Esperança, em Bagé), financiamentos (Colônia Nova), incentivo técnico, etc.

Implicando numa alteração específica da estrutura fundiária, calcada no latifúndio de pecuária extensiva, as "chácaras" de produtos alimentares e pecuária leiteira, entre 50 e 200 hectares, tiveram uma relativa expansão nos últimos anos, devido principalmente à urbanização, responsável por um crescimento anual de 2,5% na população urbana local na última década.

Tratam-se em geral de propriedades mistas, agropecuaristas, tecnicamente mais organizadas que a estância, comumente localizadas junto aos grandes eixos viários, a uma distância dos centros urbanos que lhes permita, juntamente com os colonos minifundiários, a venda de produtos perecíveis como o leite (fornecido muitas vezes in natura ao consumidor), os hortifrutigranjeiros (vendidos nas poucas feiras livres urbanas) e mesmo a carne (segundo PEBAYLE, op.cit., são os tradicionais fornecedores dos açougues urbanos).

A expensão dessas atividades, contudo, encontra um sério entrave na falta de organização para o comércio e na industrialização ainda insipiente, fato em parte explicado pelo desinteresse dos produtores mais capitalizados (principalmente os latifundiários) em investir nesse setor, associado à falta de tradição no consumo de hortifrutigranjeiros pela sociedade tradicional (fator pouco relevante se considerarmos que boa parte desses produtos ainda tem de ser importada).

A pequena agricultura alimentar teve maior desenvolvimento em Bagé onde, ainda assim, é insuficiente para o consumo

local. A produção de leite, contudo, formou ali uma das principais bacias leiteiras do Estado, graças à influência de uma cooperativa fundada por agricultores da Colônia Nova, e que desde 1974 possui sua própria indústria de laticínios. Esta colônia, por seu papel inovador na economia tradicional da região, merecerá um detalhamento maior a seguir.

Localizada 48 quilômetros ao sul da cidade de Bagé, próxima à fronteira uruguaia, a Colônia Nova foi estabelecida por 82 famílias de imigrantes alemães de origem ucraniana, que em 1949 adquiriram 2662 ha para o cultivo do trigo. Inicialmente foram distribuídos lotes de 15 a 30 ha por família, em função do número de filhos, da garantia de pagamento ao financiamento (metade fornecido pelo Banco do Brasil) e da poupança (LA SALVIA e HANDSCHUNCH, 1971).

Hoje, apesar da expansão geográfica da colônia, adquirindo ou arrendando terras circunvizinhas, deu-se igualmente a concentração da propriedade em mãos de poucas famílias, surgindo vivo contraste com estabelecimentos de apenas 1 ha. Além da divisão por sucessão hereditária, a colônia fragmentou-se ao receber mais 193 famílias em 1953, graças ao sucesso da triticultura. Condições climáticas adversas, contudo, levaram à crise da produção e conseqüente migração de muitas dessas famílias, que se dirigiram para outros Estados e até mesmo outros países. Suas propriedades ficaram em mãos de proprietários melhor situados financeiramente que, ao se comprometerem a saldar suas dívidas, assumiram a hegemonia econômica sobre a colônia, supostamente igualitária.

Desigualdades sociais à parte, devemos destacar a intensificação da atividade agrícola promovida pelos colonos. Além do trigo, freqüentemente assolado pela instabilidade do clima subtropical, a colônia abastace a cidade com produtos hortigranjeiros e, através de cooperativa agrícola (fundada em 1958), desenvolve a pecuária leiteira, tão expressiva que levou em 1974 à criação da fábrica de laticínios. Segundo entrevista com dirigentes da cooperativa, vinculados às famílias mais abasta-

das da colônia, seu crescimento deu-se basicamente em função da pecuária leiteira, através da qual foram incorporadas outras parcelas da sociedade rural. Hoje, a cooperativa recebe leite até mesmo de médios proprietários do vizinho município de Dom Pedrito, e pequenos produtores em outros distritos de Bagé também foram incorporados à produção leiteira.

Todavia, a expansão da atividade leiteira nem sempre logrou sucesso. É o caso da colônia Nova Esperança, também em Bagé, criada pelo governo por pressão de agricultores sem terra do planalto numa iniciativa inédita de reforma agrária[7]. Mesmo sob a supervisão da cooperativa de colônia Nova, a produção leiteira a que os colonos foram subordinados acabou decaindo e dando lugar à tradicional cultura do milho, a que eles já estavam habituados — hoje são os maiores produtores de milho da região (2856 t. em 1983).

A fase de adaptação em que a colônia Nova Esperança se inseriu levou a afirmações contraditórias, como as de VIEIRA[8], para quem *"a colônia Nova Esperança é composta por aproximadamente 700 pessoas e a maioria tem colaborado, com exceção, infelizmente, de alguns 'pêlos duros' que boicotam o fecundo trabalho da cooperativa, tentando mais complicar do que mesmo trabalhar"*. É evidente aí a contraposição "pêlo duro" (descendentes de luso-brasileiros) x "colonos" (geralmente de ascendência italiana ou alemã), manifestando a manutenção da segregação e de raízes culturais na explicação do "atraso" dos luso-brasileiros frente aos demais colonizadores europeus.

Essa afirmação revela sobretudo a ideologia, difundida ainda hoje na sociedade gaúcha, de que o colono europeu, agricultor, comerciante ou industrial é empreendedor, "progressista", e o pecuarista de origem lusa, é retrógrado e conservador (diante do novo padrão de acumulação capitalista). Generalizações desta ordem, no lugar de contestarem a sociedade e o espaço latifundiário, contestam apenas o exclusivismo da pecuária e a índole política hegemônica de seus antigos "coronéis", corroborando ideologicamente a penetração gradativa da nova desi-

gualdade imposta pelos grandes empresários capitalistas provenientes do planalto.

Apesar da expansão das áreas coloniais em Bagé (Colônia Médici, em 1974, com colonos de Colônia Nova; Salvador Jardim, em 1970, com agricultores de Trigolândia), do crescimento da agricultura e da intensificação da pecuária leiteira no município (que em 1980 era o segundo produtor estadual, logo após Estrela), não se pode falar ainda em uma reestruturação ampla do espaço municipal.

O espaço econômico regional como um todo, porém, considerado na simples homogeneidade (relativa) do latifúndio pecuarista, corresponde hoje a um território menor que o da própria microrregião definida pelo IBGE. Ainda assim, confirmadas as atuais tendências, a estrutura latifundiária certamente ainda terá longa permanência, pois mesmo mantendo-se o avanço da agricultura nas estâncias, esta aperecerá sempre consorciada à criação extensiva, com amplas superfícies subaproveitadas[9]. A extinção do latifúndio na Campanha implicaria em uma reforma de tal ordem que iria abalar, obrigatoriamente, as bases da sociedade capitalista, pelo menos nos moldes como tem se reproduzido até aqui em nosso país.

Se antigas formas espaciais são passíveis de contrair novas funções, adaptando-se a elas (SANTOS, 1985), também podemos ter velhas funções em novas formas. Daí nossa preocupação de que, apesar de ser um passo importante nas transformações sociais, não basta "desestruturar" o latifúndio e com isto tentar desmistificar a ideologia dominante, pois novas formas de segregação espacial e exploração social, quem sabe sob ideologias ainda mais mistificadoras, certamente seriam elaboradas para legitimar o sistema vigente. Concomitante e dialeticamente deve-se criar novas estruturas, instituídas de tal modo que *"o processo de destruição da antiga forma"* seja *"um processo de transformação qualitativa radical do conteúdo"* (CHEPTULIN, 1982, p. 269), em direção a uma nova espacialidade que corresponda a uma divisão efetivamente democrática no usufruto dos recursos obtidos com a terra.

NOTAS:

1. "A Campanha Gaúcha e o resgate da identidade regional", defendida em agosto de 1986 no curso de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ, e no prelo pela Editora Mercado Aberto (Porto Alegre).

2. Pastagens nativas ainda cobriam, em 1980, 75,3% da superfície da microrregião da Campanha, apesar da agricultura já superar em 3,7% o valor da produção animal (sendo que, excluídos os municípios de S. Borja e S. Antônio das Missões, a pecuária ainda prevalece com mais 15,4% sobre o valor da produção agrícola).

3. Configurava-se assim o grande "paradoxo" da pecuária gaúcha, ainda hoje *" mais européia do país, mas incapaz de fornecer alimentos a este rebanho"* (PEBAYLE, 1974. p.273).

4. Em 1950, apenas 2,7% da área total da Campanha era ocupada por lavouras, em 1970 passou para 6% e em 1980 para 11,5%.

5. A Almadén, por exemplo, já era em 1985 o segundo maior arrecadador de IPI e ICM em Santana do Livramento.

6. V. em nossa tese (op.cit.) o item "A rearticulação das grandes redes espaciais no novo espaço regional" (pp.87-92).

7. A Colônia Nova Esperança, criada em 1978, resultou no reassentamento, pelo governo, de posseiros expulsos da reserva indígena de Nonoai e que haviam invadido uma fazenda da região (norte do Estado). Embora praticamente sem expressão quantitativa, por envolver apenas 125 lotes de 18,5 a 24 ha. cada um, representa uma primeira iniciativa de reestruturação do espaço latifundiário, com o governo comprando terras para dividí-las entre pequenos produtores sem-terra. Além da terra, o governo doou 10 vacas leiteiras a cada família e financiou a infra-estrutura básica.

8. VIEIRA, L. (s/d), "A Camal e a Colonização", artigo sem data e citação da fonte, datilografado, que nos foi cedido pela Cooperativa Mista Aceguá Ltda. (CAMAL), em Bagé.

9. Mesmo a introdução da empresa rural não se dá de modo generalizado, ficando ainda geograficamente associada às áreas de várzea, no caso do arroz, de solos arenosos e de baixo lençol freático, no caso da uva, e de solos de maior fertilidade natural, como as "terras negras" de Bagé e os solos vermelhos do planalto, em São Borja, para o caso do trigo e da soja.

BIBLIOGRAFIA

1. BENETTI, Maria D. 1982. Origens e Formação do Cooperativismo Empresarial no Rio Grande do Sul. In: *Teses*, Porto Alegre, FEE.

2. CHEPTULIN, A. 1982. *A Dialética Materialista:* Categorias e Leis da Dialética. São Paulo, Alfa Omega.

3. HAESBAERT DA COSTA, R. 1986. *A Campanha Gaúcha e o Resgate da Identidade Regional.* Dissertação (Mestrado), UFRJ.

4. HIGOBASSI, D. 1987. "Almadén planeja invadir mercado americano". In: *Jornal do Brasil*, 07/03/87.

5. IBGE (1920, 1950, 1970, 1980). *Censos Econômicos.* Rio de Janeiro.

6. LA SALVIA, F. e HANDSCHUNCH, N. 1971. Contribuição à Metodologia do Estudo do Habitat Rural-Bagé. In: *Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre, CEMAPA, Secretaria da Agricultura, *16*(14).

7. PEBAYLE, R. 1974. *Eleveurs et Agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil).* These, Université de Paris I (inédito).

8. RADIOGRAFIA do Brasil Meridional. 1986. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 16/07/86 e 30/09/86 (Suplementos nº 1 - Região Bagé e nº 6 - Região Fronteira Oeste).

9. SANTOS, M. 1985. *Espaço e Método*. São Paulo, Nobel.